



78
78

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI
QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0331602-3

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO : IVELISE LINS CALDAS

RELATOR : Desembargador RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL – AGRAVO REGIMENTAL – DIREITO À SAÚDE – ART. 196, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – TRATAMENTO MÉDICO - OBRIGATORIEDADE DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO PELO PODER PÚBLICO – AUSÊNCIA DE PREVISÃO EM LISTA OFICIAL – IRRELEVÂNCIA - DECISÃO FULCRADA EM SÚMULA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO E NA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

I – Conforme se deduz do teor Súmula 18, deste e. Tribunal de Justiça: “É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.”. No mesmo sentido: STF - Ag.Reg. no Agravo De Instrumento 837.642 RS, Relator: Ministro Marco Aurélio; STF - RE-AgR 271286 RS Relator(a): Celso de Mello, Julgamento: 11/09/2000, Órgão Julgador: Segunda Turma; STJ - AgRg no Ag 1044354 / RS, Rel. Min. Luiz Fux, T1, DJ 14/10/2008.

II – Tutela antecipada deferida, fornecer à agravada o medicamento LENALIDOMIDA, acometida de Câncer (Mieloma Múltiplo) Cid – 10 C90.0, sob pena de multa diária arbitrada no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

III - Unanimemente, negou-se provimento ao Agravo Regimental.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental nº 0331602-3, em que figuram como Agravante **ESTADO DE PERNAMBUCO** e Agravado **IVELISE LINS CALDAS**, respectivamente, **ACORDAM** os Desembargadores da Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, conhecer e negar provimento ao Recurso de Agravo Regimental, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 13 de 06 de 2014.


Desembargador Rafael Machado da Cunha Cavalcanti



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI
QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

79
79

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0331602-3

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO : IVELISE LINS CALDAS

RELATOR : Desembargador RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

RELATÓRIO

1. Trata-se de Agravo Regimental, aviado contra decisão monocrática que, com esteio no art. 273, do Código de Ritos, antecipou os efeitos da tutela no recurso de Agravo de Instrumento de nº **0331602-3**, interposto pela agravada **IVELISE LINS CALDAS** contra decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital, nos autos da ação de rito comum ordinário (Processo de nº 0019245-58.2014.8.17.0001), que indeferiu o pedido de tutela antecipada postulada, deixando de determinar que Estado de Pernambuco forneça o medicamento (**LENALIDOMIDA**) a parte Autora/Agravada.

1.2. Em sua exordial, a Autora/Agravada sustenta ser portadora de Câncer (Mieloma Múltiplo), com tumoração, raqueamedular, na região cervical, com invasão do canal medular e perda da mobilidade do membro superior direito, sendo-lhe prescrito o uso do medicamento (**LENALIDOMIDA**), necessário para esta patologia para aumentar a sobrevida livre de progressão. Entrementes, afirma não ter condições financeiras para suportar os custos de tal tratamento.

1.3. Irresignada com a decisão interlocutória que indeferiu o pedido de tutela antecipada, **IVELISE LINS CALDAS** interpôs Recurso de Agravo de Instrumento, que teve os efeitos da tutela antecipada concedida por decisão monocrática, proferida com esteio no art. 273, do Código de Processo Civil, por entender que a decisão hostilizada está em discordância com a jurisprudência de dominante do deste e. Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça.

Em consequência, o Estado de Pernambuco ingressou com o presente Agravo Regimental, com o desiderato de que a matéria seja apreciada por órgão fracionário integrante desta Corte de Justiça.

Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI
QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

80

[Assinatura]

Forte nas razões recursais supracitadas, requer o Agravante que esta relatoria, se retrate da decisão vergastada. Em não havendo o juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife, 13 de 06 de 2014.

[Assinatura]
Desembargador Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator



81
Rafael

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI
QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0331602-3

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO : IVELISE LINS CALDAS

RELATOR : Desembargador RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

VOTO

Tendo em vista os argumentos coligidos pela parte agravante, entendo que a decisão recorrida, proferida por este Desembargador, deve ser mantida em todos os seus termos.


Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão proferida, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante da presente decisão (fls. 45/46 proferida no agravo de instrumento):

XX
XXXXXXXXXXXXXXXX

Por esses fundamentos, ante o exposto, voto pelo **NÃO PROVIMENTO** do presente Agravo, mantendo a decisão monocrática, nos exatos termos em que foi prolatada.

É como voto.

Recife, 13 de 04 de 2014.


Desembargador Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator